

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Em junho de 2009 foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre a Associação de Municípios Terras do Infante, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas e a Autoridade Florestal Nacional, com um prazo de vigência de 5 anos, visando a concessão de apoio financeiro à Associação de Municípios Terras do Infante para o funcionamento de duas equipas de sapadores florestais nos concelhos de Lagos e Vila do Bispo, contando cada equipa com 5 elementos.

Posteriormente, foram constituídas 3 equipas, com 5 elementos cada, uma das quais para o concelho de Aljezur, que integra também a Associação de Municípios Terras do Infante, sem que isso representasse qualquer encargo adicional para a Autoridade Florestal Nacional (posteriormente, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas).

Em abril de 2014, a Associação de Municípios Terras do Infante celebrou contratos de trabalho sem termo com os 15 sapadores florestais, substituindo os anteriores contratos precários a termo certo.

Salienta-se que, em março de 2014, o ICNF havia aprovado um apoio financeiro de 70.000 euros para o funcionamento das equipas de sapadores florestais da Associação de Municípios Terras do Infante. Contudo, o ICNF, quando tomou conhecimento que tinham sido celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os sapadores florestais, cancelou o apoio financeiro de 70.000 euros previamente aprovado.

As equipas de sapadores florestais da Associação de Municípios Terras do Infante têm desenvolvido um trabalho de grande importância em várias áreas, nomeadamente, no combate a incêndios florestais, no âmbito da proteção civil municipal e na silvicultura preventiva. O cancelamento do apoio financeiro concedido pelo Ministério da Agricultura e do Mar a estas equipas coloca em risco a segurança das populações e a proteção e preservação da floresta.

Pelo exposto, nos termos regimentais, legais e constitucionais aplicáveis, vimos solicitar ao

Governo, por intermédio do Ministério da Agricultura e do Mar, os seguintes esclarecimentos:

1. Reconhece o Governo que as equipas de sapadores florestais da Associação de Municípios Terras do Infante têm desenvolvido um trabalho de grande importância em várias áreas, nomeadamente, no combate a incêndios florestais, no âmbito da proteção civil municipal e na silvicultura preventiva?
2. Reconhece o Governo que o cancelamento do apoio financeiro às equipas de sapadores florestais da Associação de Municípios Terras do Infante coloca em risco a segurança das populações e a proteção e preservação da floresta?
3. Irá o Governo rever a sua decisão, mantendo o apoio financeiro às equipas de sapadores florestais da Associação de Municípios Terras do Infante?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 25 de Março de 2015

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

JOÃO RAMOS(PCP)